

REVISTA HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES: UMA ESCRITA DE LUGARES (1980-1989)¹

Bruna Silva²
Beatriz Anselmo Olinto³

Resumo: Este artigo pretende refletir sobre a escrita da história na Revista *História: questões e debates*. Tal periódico foi fundado em 1980 por historiadores da História da Universidade Federal do Paraná-UFPR. A revista manteve-se como uma publicação da Associação Paranaense de História - APAH até 1997, quando foi assumida pelo Programa de Pós-Graduação de História daquela universidade. O recorte temporal centrou-se entre os anos de 1980 a 1989. Problematiza-se como foram tecidas as percepções de região a partir da necessidade de publicar pesquisas e suscitar discussões entre os historiadores. São utilizados editoriais e artigos ali publicados, além de entrevistas para perceber estas *regiões* como construções que identificam espaços e lugares através da escrita da história.

Palavras-chave: historiografia; *Revista História: questões e debates*; regiões.

“REVISTA HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES”: A WRITTING OF PLACES (1980-1989)

Abstract: This article intends to reflect about the history write in the *Revista História: questões e debates*. The magazine was found on the 80's by historians from Universidade Federal do Paraná - UFPR. It remained as a Associação Paranaense de História - APAH publication until 1997, when it was assumed by the History Pos Graduation Program from that university. The time frame focus between 1980 and 1989. Problematizes how the perceptions of region were developed, from the need to public researchs and evoke discussions among historians. There are used editorials, articles that were published there, besides interviews to figure out those regions as constructions that identify space and places through the write history.

Keywords: historiography; *Revista: história, questões e debates*; regions.

Introdução

[...] O que o historiador fabrica quando se torna escritor?
Seu próprio discurso deve revelá-lo. (CERTEAU, 2004: p. 95)

O historiador é capaz de realizar alquimias, haja vista que, transforma vestígios do passado em fontes de trabalho, na medida em que se utiliza do ofício historiográfico.

¹ Este artigo é parte da dissertação intitulada “Revista *História, questões e debates*: historiografia e problemática regional (1980-1989), em fase de conclusão. No Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Bolsista Capes, Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: brunasilvabs@gmail.com

³ Professora Associada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: biaolinto@hotmail.com

Tal como sugere a epígrafe deste texto, a própria escrita da história torna-se um objeto de pesquisa, pois ela mesma passa a ser um discurso. Para Certeau, escrever é construir uma frase, um texto, mas esse texto percorre um lugar supostamente em branco: a página. O autor ainda se pergunta: “Mas a atividade que re-começa a partir de um tempo novo separado dos antigos, e que se encarrega da construção de uma razão neste presente, não é ela a historiografia?” (CERTEAU, 2004: 16).

A análise que se pretende pensar nas próximas páginas diz respeito à prática historiográfica trazida à público pela Revista *História: questões e debates* publicada até o final da década de 1990 pela Associação Paranaense de História – APAH.⁴ Sendo que sua primeira edição foi coordenada por Key Imaguire Júnior, que deixou de ser editor a partir do segundo volume para dar lugar à Sérgio Odilon Nadalin,⁵ que permaneceu no cargo entre os anos de 1981 até o ano 1989.

Key Imaguire, graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná em 1973. Depois que deixou a coordenação da Revista *História: questões e debates* ingressou no mestrado em história, no ano de 1981, sobre a orientação de Cecília Maria Westphalen. Em 1999 doutorou-se em História. Ao longo das edições do periódico, Key permaneceu como colaborador na Programação visual. Atualmente é professor da Pontifícia Universidade Católica, Assistente Técnico da Fundação Cultural de Curitiba e também professora da Universidade Federal do Paraná.⁶

Sobre as edições iniciais de formação da APAH e do periódico estudado, o professor Nadalin nos conta que:

O Carlos⁷ toma a iniciativa de fundar a Associação Paranaense de História e nesse contexto ele sugere o desenvolvimento de uma revista, a fundação de uma revista, a construção de uma revista. E para isso convida, como editor, o arquiteto Key Imaguire Junior, que editou

⁴ A partir deste ponto se referirá à Associação Paranaense de História apenas pela sigla APAH. A Associação Paranaense de História é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1980 pelo professor Carlos Antunes dos Santos, com o objetivo de desenvolver da História como instrumento de conhecimento, pesquisa, educação e produção cultural. Cf: <http://reocities.com/CollegePark/Hall/4705/>. Acesso em 09 de ago de 2011.

⁵ HISTÓRIA QUESTÕES E DEBATES, v 2 n° 2, APAH, 1981-

⁶ Cf: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787157U6>>. Acesso em 16 de mar de 2013.

⁷ Carlos Roberto Antunes graduou-se pela Universidade Federal do Paraná e na mesma instituição concluiu seu mestrado. Em 1976 doutorou-se pela universidade de Paris X, Nanterre, sobre a orientação de Frederic Mauro e co-orientação de Fernand Braudel. O Pós-doutorado foi concluído pela Universidade de Paris III – Instituto de Altos Estudos da América Latina. Atualmente é líder do Movimento *Slow Food convivium* “Província Paraná”, professor do Departamento de História da UFPR, dentre outras funções.<Cf. <http://lattes.cnpq.br/3737217784166541>>. Acesso em 17 de mar. De 2013.

o primeiro número. Como eu ajudei bastante nesse primeiro número e ele não quis continuar eu tomei pé nessa situação. Quer dizer eu tomei a iniciativa de editar a revista a partir de então.⁸

Carlos, a quem o professor Nadalin se refere na entrevista é o professor Carlos Antunes dos Santos, responsável pela fundação da Associação Paranaense de História, da qual emerge a Revista em discussão neste texto. Nesse momento, a revista passa das mãos de um arquiteto, Key Imaguire Júnior, para a coordenação de um historiador, Sérgio Odilon Nadalin.

É interessante pontuar que o professor Sérgio doutorou-se em história e geografia das populações pela *Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales* na capital da França em 1978. Atualmente é membro da *Societe de Demographie Historique*, revista francesa fundada em 1964 voltada, como o nome já nos diz, para pesquisas a respeito da demografia histórica.⁹ Também é membro da *Union Intenacionale pour l'Etude Scientifique de La Population*, que se configura como um grupo de estudos em demografia, fundada em 1928, que é uma sociedade internacional, com cerca de dois mil membros.¹⁰

No presente artigo procuramos problematizar como os historiadores ou autores escrevem tecendo regiões e que, ao longo das edições da revista, se constituem como um grupo que determina uma região e se reconhece nela. Pois que, refletir sobre a história da historiografia é problematizar “[...] é mais que uma simples coleção de exemplos para a história”. (BLANKE, 2006: 53).

Pensar estas questões a partir da formação de uma associação de história e da escrita de seus historiadores implica pensarmos nas condições que permearam a construção do Paraná como um estado brasileiro. Estado este que teve suas fronteiras geográficas desenhadas a partir da segregação dos estados de Minas Gerais e São Paulo da administração do Rio de Janeiro. Sendo que foi, apenas no ano de 1853 elaboradas as fronteiras do Paraná e este deixa de ser nomeado como a 5ª Comarca da Província de São Paulo. (FREITAG, 2012).

⁸ SANTOS, Carlos Antunes dos. *Entrevista concedida a Bruna Silva*. Curitiba, 10 de dezembro de 2012. Transcrição: Bruna Silva. p. 02

⁹ Cf: < <http://www.adh.msh-paris.fr/>>. Acesso em 11 de ago de 2012. A história demográfica foi característica da chamada 2ª geração dos Annales: “O historiador economista havia começado, muito cedo, a trabalhar com números e tinha recorrido em sua estatística [...] quase todos os historiadores que se puseram a quantificar se voltaram para os computadores, e disso saiu uma nova revolução: a história quantitativa. [...] A revolução provém, na verdade, veio da extensão da história quantitativa a tudo aquilo que podia ser quantificado e, especialmente, à história demográfica e à história cultural [...]” (LE GOFF, 2011, p. 161).

¹⁰ Cf: <<http://www.iussp.org/indexfr.php>>. Acesso em 11 de ago de 2012.

Sobre o ponto de vista historiográfico o estado foi descrito pela historiografia paranaense, principalmente a partir da década de 60 como um território de passagem devido à conhecida prática tropeira entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Sobre estas questões, Freitag destaca que “Ruy Waschowicz, Cecília Westphalen, Altiva Pilati Balhana, merecem destaque junto a tais interpretações na esteira de análises, estudos elaborados sobre a tutela do estado do Paraná. [...]” (FREITAG, 2012: 30).

Tais historiadores compõem o rol de autores e membros da Comissão Editorial o periódico estudado, são professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná – UFPR. As professoras Cecília e Altiva foram citadas, pelo professor Carlos fundador da Revista, como componentes da ala conservadora deste departamento:

Há em nosso Departamento a área mais conservadora, Cecília Westphalen, Altiva, elas tem textos aqui. [referindo-se à Revista *História: questões e debates*]. Então, isso conseguimos, mesmo tendo uma postura política, etc, etc. Mesmo aqui no departamento, mas isso, do ponto de vista da produção científica, da produção acadêmica houve sempre muito respeito. E, acho que por isso o Departamento de História é o que é hoje, é um espaço realmente de um enorme conagraçamento intelectual.¹¹

O professor destaca que mesmo um periódico com uma proposta inovadora naquela instituição, como será visto adiante, consegue abarcar professores com diferentes posturas políticas e acadêmicas.

Mas retornando às questões fronteiriças, se o Paraná foi entendido como um lugar de passagem, o estado seria uma fronteira numa perspectiva certeuniana, já que a historiografia o entendia como espaço de passagem, separação entre dois estados, Rio Grande do Sul e São Paulo, excluindo da historiografia o estado de Santa Catarina. Portanto se deveria encontrar alternativas culturais, ou não, para estabelecer diferenças:

O espaço paranaense, assim visto como passagem e mediação, como um caminho que se abre para construir a nação, símbolo de uma comunidade que veio se reconhecer paranaense, encontrou ressonância no século XIX e, [...] sustentou discussões no meio intelectual paranaense concernente à identidade regional para o Estado do Paraná, durante as primeiras décadas do século XX. (FREITAG, 2012: 30)

Por conseguinte, não apenas a cultura ou cotidiano, deveriam expor uma regionalidade. A intelectualidade paranaense, ou curitibana, passa a discutir tais

¹¹ SANTOS, Carlos Antunes dos. *Entrevista*. Curitiba, 10 de dezembro de 2012. p. 06.

questões. Havia a necessidade de que os sujeitos paranaenses atuassem nesse novo palco brasileiro. Na fala do fundador da APAH fica clara esta questão:

[...] Achávamos que a Associação era [...] uma entidade representativa dos historiadores do Paraná, que estava fazendo falta, também que divulgasse. Que pudesse fazer uma divulgação de tudo que se fazia [...] e ao mesmo tempo também enfrentamento político.¹²

Veja-se que a coordenação do periódico propôs a criação de um local social para o debate entre historiadores interessados na historiografia do Paraná e vinculou tal organização a uma proposta regional. Esse local discussão seria a Associação Paranaense de História – APAH. A APAH procurou diferenciar-se da Associação Nacional de História – ANPUH, criada em 1961. Isso pode ser indicado conforme o editorial da própria *Questões e debates* publicada no segundo semestre de 1981, sobre a APAH no qual Ruy C. Wachowicz afirma:

No campo específico da ciência histórica, um passo importante visando um melhor entrosamento a nível nacional, foi dado em 1961, com a criação da Associação dos Professores Universitários de História (ANPUH), transformada em 1971 em Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) em virtude de a mesma instituição ter adquirido conotação e representatividade realmente a nível nacional. A nível regional e curitibano, justamente em 1980, quando eram passadas mais de duas décadas da fundação da ANPUH, um grupo de professores universitários entrosados com profissionais que labutam no ensino de 1º e 2º grau, estudantes e outros interessados pelos programas de História, fundaram a Associação Paranaense de História. (HISTÓRIA QUESTÕES E DEBATES, 1981: 03).

Na passagem acima Wachowicz aponta duas principais diferenças fundamentais entre a APAH e a ANPUH. A primeira regional, pois que o autor afirma o desejo regional da APAH em oposição a ANPUH, de princípio nacional. A região é bem delimitada, Curitiba, vista como lugar para uma associação que se pretende a paranaense. Em segundo, destaca a ligação entre os professores universitários com os de 1º e 2º graus.

Consultando o estatuto da ANPUH,¹³ pode-se verificar, ao contrário do que Wachowicz afirmava, que esta também buscava a interação dos diferentes níveis do

¹² SANTOS, Carlos Antunes dos. *Entrevista*. Curitiba, 10 de dezembro de 2012. p. 04.

¹³ **I - Associados Fundadores:** são aqueles que participaram dos trabalhos do I Simpósio de Professores do Ensino Superior, realizado na cidade de Marília, estado de São Paulo, de 15 a 21 de outubro de 1961; Disponível em <<http://www.anpuh.org/estatuto>>. Acesso em 27 de out de 2012.

ensino de história e ser uma associação nacional que conteria ali as diferenças estaduais, pois que:

Capítulo IV: DO OBJETO: **ARTIGO 5º** - A ANPUH tem por objeto a proteção, o aperfeiçoamento, o fomento, o estímulo e o desenvolvimento do ensino de História em seus diversos níveis, da pesquisa histórica e das demais atividades relacionadas ao ofício do historiador. [...] Capítulo VII - DAS SEÇÕES ESTADUAIS: **ARTIGO 21** - A ANPUH poderá ter uma Seção em cada unidade da Federação que possua Instituição de ensino e/ou de pesquisa em História, devidamente registrada e conforme as regras do Ministério da Educação e/ou da Ciência e Tecnologia. Cada Seção utilizará a denominação ANPUH seguida da palavra 'Seção' e da sigla ou designação estadual equivalente da unidade federativa, na qual está instalada.¹⁴

Pode-se identificar na Revista que o processo de diferenciar o centro de pesquisas de Curitiba do restante das pesquisas produzidas no Brasil, marcava fronteiras, distinguia o ensino de história neste estado do nacional estabelecendo uma linha de trabalho para o periódico, sendo assim, realizar pesquisas de uma dada região é estabelecer sua diferença, como será discutido a seguir.

Historiografia e problemática regional

Pensar regiões no âmbito historiográfico não diz respeito à uma região específica, delimitada por fronteiras imóveis. Conceito este que também deve ser problematizado. *História e Regiões...* Que regiões se criam e re-criam a história? Que histórias produzem regiões? Que sentidos delegam espaços e lugares? Questões como estas permeiam a discussão sobre este conceito, as vezes tido como fixo e imóvel. É importante pontuar que escapa à essa problematização a historiografia regional, pois que, neste tipo de escrita o espaço físico é tido como palco da historiografia e assim preso no seu discurso.

Para Homi Bhaba, é possível perceber culturas através da diferença, não havendo assim, apesar da globalização, uma cultura mundial: “La cultura que se desarrolla em el nuevo suelo deber ser, en consecuencia, desconcertantemente parecida y diferente de la cultura madre [...] De este modo, aparecen tipos singulares de simpatía y choque entre las culturas”¹⁵ (BHABHA, 2003: 93).

¹⁴ Disponível em <<http://www.anpuh.org/estatuto>>. Acesso em 27 de out de 2012.

¹⁵ “A cultura que se desenvolve em novo solo deve ser, por consequência, desconcertantemente parecida e diferente da cultura mãe [...] Deste modo, aparecen tipos singulares de simpatia e choque entre as culturas” [Tradução das autoras].

Essa linha tênue de simpatia e choque entre culturas é o que o autor define como entre-meio da cultura, irritantemente semelhantes e diferentes. E para isso nos adverte “[...] debemos dar nueva vida al significado arcaico de ‘lista’ como ‘limite’ o ‘frontera’”¹⁶ (BHABHA, 2003: 96). O autor concebe ainda este espaço como um espaço “além”, que seria como habitar em um “espaço intermédio ‘além’ torna-se espaço de intervenção no aqui e no agora” (BHABHA, 1998: 97).¹⁷

Seguindo esta reflexão a respeito de entre-meios, mas agora vendo-os na escrita da história, Hartog, em texto dedicado à Certeau, fala com certo saudosismo sobre o autor, pontua que este historiador dava primazia aos

[...] percursos, vestígios, sulcos, às passagens de um espaço para o outro, às fronteiras (consideradas, de preferência, como lugares de passagem, e não tanto como limites ou paradas), aos deslocamentos de uma enunciação, às metamorfoses ou anamorfozes dos discursos sobre o outro. Em vez de se recuperar com rupturas e oscilações, ele presta atenção principalmente às fragmentações, às erosões, aos deslizamentos, às reutilizações, às translações: ele trabalha com o entre-meio [*entre-deux*]. (HARTOG, 2011: 260)

Michel de Certeau (2004) preocupou-se em dar nova interpretação ao conceito de região, definindo a fronteira e a própria região como um espaço passível de se tornar tantos quantos lugares quantas ações ali houver.¹⁸ É sobre sua influência que a historiografia pensada a partir do conceito *região* desconstrói identidades, enunciados, imagens e discursos. Pensar *região* no sentido cultural significa destruir sua homogeneidade dada *a priori*. Significa perceber que as fronteiras não são traçados *ahistóricos*, pois que, elas são construídas através de táticas, jogos, ações de sujeitos que

¹⁶ “[...] devemos dar nova vida ao significado arcaico de ‘lista’ como ‘limite’ ou ‘fronteira.’” [Tradução dos autores]

¹⁷ Eni Puccinelli no livro *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*, discute no capítulo “Análise de discurso e contemporaneidade científica” a questão do entre-meio a partir da linguagem e as considerações de Pêcheux. Sendo assim, nos diz que “É preciso compreender, para qualquer caso, a natureza da relação entre as diferentes formas materiais e a concepção de língua como colocada mais acima, a partir de M. Pêcheux. Novamente a posição de entremeio: nem oposição, nem sobre determinação, nem ausência de relação. Daí a necessidade da teoria, pois esta, a meu ver, é uma questão teórica incontornável. [...] Sempre e permanentemente devemos nos colocar na posição de entremeio e discutir as contradições que esta posição produz, as metáforas de que a ciência lança mão para se compreender e para compreender e que constituiu o seu contexto como obra científica. (ORLANDI, 2011, p: 47-49).

¹⁸ Certeau define que “Um *lugar* é uma ordem. [...] Aí impera a lei do ‘próprio’: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar ‘próprio’ e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe *espaço* sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. [...] O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada [...]” (CERTEAU, 2004: 201-2).

criam espaços politicamente mas também culturalmente. Dialogar com a obra de Durval Albuquerque auxilia na historização das regiões, e assim:

Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011: 35)

Com esta perspectiva historiográfica, o autor, pensou e problematizou a construção do Nordeste como emergência a partir da década de 10 do século XX. E coloca a região num terreno movente, que denomina pântano. Este terreno é o terreno da cultura, que não cessa de se mover e é “tragado pela historicidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011: 37), permeado por batalhas, segmentações, táticas e estratégias.¹⁹

É também nesse sentido que a historiadora Liliane Freitag, colabora com estas discussões sobre o conceito *região*. A autora pensa a construção do Paraná como conceito, e também reflete as práticas que o construíram. Pois, “[...] A região é criada à medida que é alimentada pelas experiências da historiografia, da memória, da cultura, das relações de poderes, dos saberes, da vida e da morte.” (FREITAG, 2012: 11). Assim, para esta autora a região é uma construção multifacetada em que os sujeitos não vivem, mas que transferem poder à região, por conseguinte a região é construída assim como a história, ela é fabricada por homens.

Podemos entender que a ideia da construção de uma história regional que possa ser conhecida e reconhecida foi impressa na publicação da Revista *História: questões e debates*. Publicar a história que se fez no e do Paraná foi importante para que houvesse o reconhecimento de pares. Freitag aponta, mais uma vez que

Na capital paranaense, especialmente entre o início do século XIX e o fim [...] do século XX habitava, em meios intelectuais, a ideia de um estado condenado pela falta de tradição e modernidade, e cuja expansão do mercado editorial local (e nacional) serviu de ponto de interseção entre interesse comercial e um projeto identitário e moderno de região. (FREITAG, 2010: 55)

Freitag nos diz que as identidades estão vinculadas a criação da região enquanto um conceito. Para a autora, “[...] nomear espaços é, nesse sentido uma forma simbólica de apropriação e domínio social de sujeitos”. (FREITAG, 2007: 65). Região seria,

¹⁹ Eni Puccinelli associa esse terreno movente ao conceito de entremeio, pois que “Se levamos às últimas conseqüências a noção de entremeio e o modo como funciona o interdiscurso, podemos concluir que não estamos fixados em lugar algum, estando do entremeio. Estamos suspensos, no plural, no movimento, na polissemia” (ORLANDI, 2012: 53).

portanto uma territorialidade, expressão e materialização de traços culturais identitários. “A região para nós não é um corte de território, mas uma prática definida pelos atos de representação da brasilidade segundo a ótica dos diferentes sujeitos” (FREITAG, 2010: 05). Sendo assim, seria um conceito em construção em intensa movimentação.²⁰

Compreender e perceber como o conceito de região é construído na escrita dos artigos e tomar *região* como um conceito e entendê-la a partir de pressupostos que permearam uma determinada sociedade num determinado tempo, permitirá entender os seus vários usos na escrita dessa história. Para tal pretensão, Koselleck ajudará a compreender conceitos, pois uma história dos conceitos tem em vista que:

Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra usada, se agrega a ela. (KOSELLECK, 2006: 118-9).

Por conseguinte, é possível estabelecer um novo espaço para a pesquisa, uma ideia de uma história regional não dada a *priori*, mas sim que uma região é compreendida como um constructo histórico, um conceito dinâmico subentendido como territorialidade, expressão e traços culturais. Neste trabalho utilizamos também o Paraná como um conceito que delega regiões, mas aqui refletindo a partir da prática da publicação da Revista *História: questões e debates*, no período de 1980 a 1987.

Revista crítica, crise e operação historiográfica

Na primeira edição Revista *História: questões e debates*, publicada em 1980 encontramos nas primeiras páginas a abertura da Assembleia Extraordinária da APAH de 1979, quando o professor Carlos Alberto Antunes afirmava as funções da associação:

A ideia de uma criação de uma Associação Paranaense de História emergiu da necessidade da ocupação de um estado crítico em relação à ciência histórica [...] um canal de expressão e um instrumento para a

²⁰ Neste contexto podemos pontuar que o movimento paranista se destacou a partir da década de 1920 em função da exaltação da terra, “[...] criando um conjunto de atividades visando o desenvolvimento e a integração da sociedade paranaense; já os simbolistas em fins do século XIX, destacam-se enquanto primeiro movimento coeso e que promoveu as primeiras discussões sobre a realidade da recém-criada Província, lançando os caminhos que esta deveria seguir no conjunto da nacionalidade.” (SOUZA, 2002: 42). Sendo assim, historiografia paranaense almejou pelo simbolismo e pelo paranismo, por exemplo, criar uma identidade para esse estado, tido como espaço vazio, sem uma tradição que pudesse consolidá-lo perante o resto do país.

troca de experiências bem como para intercâmbio e circulação de ideias [...]. (HISTÓRIA QUESTÕES E DEBATES, 1980: 07)

A APAH não era apenas uma proposta, se configurava como uma reunião de pessoas, um lugar para a crítica e a expressão de ideias. Neste momento é possível perceber a tentativa da circunscrição de um espaço para que houvesse um debate. Os objetivos da APAH se mesclavam com os objetivos da revista, ambos vislumbram a troca de experiências e circulação de ideias. O professor Antunes, ao falar sobre a criação da APAH ressalta as mudanças ocorridas na historiografia vivida nos anos 70 e 80 em Curitiba, nos diz que:

Estávamos vivenciando todas essas mudanças que estavam acontecendo na história e principalmente a partir dos anos 70, com uma implosão que vai acontecer na história, em que de repente tudo é história! Novas abordagens, novos objetos, etc. E [...] nós estávamos vivenciando todas essas mudanças, todas essas transformações e todos esses desafios. Então foi mais ou menos com esse espírito que nós criamos no final de 79, início de 80 a Associação Paranaense de História. Achávamos que a Associação era [...] uma entidade representativa dos historiadores do Paraná, [...] ela estava fazendo falta, também precisávamos de divulgação.²¹

O professor delineia um momento tido como salutar vivido no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, pois que apenas produzir história através de uma nova perspectiva não era suficiente, era necessário divulgar através de uma associação de historiadores do Paraná. Mudanças estas que estavam acontecendo.

Para o referido professor Carlos, mais que reunião de historiadores, a APAH era também local de enfrentamento político, pois:

Naquela época o governo militar veio com os Estudos Sociais, que eram digamos, uma espécie de espaço dentro da área de Ciências Humanas de curta duração e isso fazia no nosso sentimento que toda a área de ciências humanas, a história, a antropologia, sofreram com isso por que afinal de contas seria dado uma prioridade aos Estudos Sociais em detrimento destas áreas do conhecimento que já tinham uma tradição e que estavam em pleno processo de revolução dos anos 70, início dos anos 80 aqui no Brasil. Portanto, a APAH, a Associação Paranaense de História ela emerge exatamente desta conjuntura, que é uma conjuntura bastante interessante. Uma conjuntura até que meio revolucionária, por que nós resolvemos criar uma associação que pudesse ter essas finalidades, esses atingimentos.²²

²¹ SANTOS, Carlos Antunes dos. *Entrevista* Curitiba, 10 de dezembro de 2012. p. 04.

²² *Idem*.

A criação da associação é definida no depoimento como local de crítica, mas também de enfrentamento. Por ter sido pensada num período de ditadura ela passa a ser oposição às imposições do governo ditatorial.²³ Vejamos:

E quando nós criamos a APAH, final de 70, início dos anos 80, 79-80, nós resolvemos, também, não apenas que ela fosse uma entidade de representação, professores, historiadores, etc. Mas que também ela tivesse uma intervenção, uma certa intervenção política na sociedade. Então na época a gente passou a apoiar e se reunir com grupos também de resistência a ditadura como nós. Grupos que procuravam até com certa ousadia, enfrentar da maneira que cada um pudesse enfrentar, o autoritarismo a repressão, etc.²⁴

A criação de uma associação visava demarcar espaço, criar território, expor uma região, pois intervir politicamente torna-se um ato visível socialmente. Sendo assim apoiar grupos de resistência era compor alianças de lutas para enfrentar a repressão.

Eu lembro que a APAH [...] organizou um movimento em defesa de várias banquinhas no centro da cidade que eram implodidas, por que elas divulgavam literatura alternativa, de resistência etc. Pessoas ligadas ao Comando de Caça aos Comunistas, explodir as banquinhas etc. A gente fez um grande movimento público em plena Rua das Flores, no sentido de defender a liberdade de expressão enfim... A APAH foi isso, foi uma entidade que não só buscava discutir. Propor, discutir questões ligadas com esta revolução na história, com essa nova história que estava acontecendo.²⁵

Dessa forma, ir às ruas e organizar movimentos públicos retiraria as discussões de locais internos. Tal questão estaria, para o professor Antunes, ligada às discussões da nova história.

E foi interessante e ao mesmo tempo também se tornar um *locus* de representação e de participação de vida política de Curitiba, do Paraná e do Brasil. Ninguém queria ser um sindicato, isso nunca foi nosso objetivo e nunca fomos, na verdade o que nós queríamos realmente é

²³ Na primeira edição do periódico encontramos artigos que debatem o ensino, não apenas o escolar, mas também o ensino do meio universitário. No artigo denominado *A política educacional e o ensino de história*, de autoria de Maria José Trevisan foram tecidas considerações a respeito do ambiente universitário no período. No artigo foi utilizado o depoimento oral de um professor que critica a estrutura hierárquica universitária: “Segundo um dos docentes, essa estrutura administrativa é “militarmente hierárquica”, existe na universidade uma hierarquia de poder e comando muito mais fechada do que a hierarquia militar. A comunidade recebe ordens dos comandantes da universidade, fechados em colegiados absolutamente impenetráveis aonde não existe a participação democrática dos jovens professores dos estudantes e dos funcionários na medida em que sua representação simbólica e seu voto não tem qualquer possibilidade de destruir as ordens hierarquicamente emanadas. É essa “estrutura militar hierárquica” que responde pelo enfraquecimento atual da universidade e pela sua incapacidade de defesa.”(TREVISAN, 1980: 30).

²⁴ Idem.

²⁵ Idem, p. 05.

que com essa chamada Associação Paranaense de História a gente pudesse ter uma presença marcante no âmbito dos historiadores, mas também no âmbito da sociedade.²⁶

No decorrer da fala, pode-se perceber que, intervir socialmente e politicamente seriam ferramentas para marcar presença na historiografia nacional. Pois que, demonstrar a público uma intelectualidade atuante se fazia necessário para a criação de uma publicação:

[...] foi muito importante foi publicar uma revista que pudesse expressar tudo isso, que pudesse expressar, digamos as novas concepções metodológicas sobre a história, a essa revolução que estava acontecendo no campo da história, no campo da historiografia, aquela visão de que as fronteiras do conhecimento estavam quase desaparecendo, o conhecimento era um conhecimento cada vez mais interdisciplinar. A história pela história não se aceitava mais, nem a sociologia pela sociologia, nem a antropologia pela antropologia e assim por diante. Mas ao contrário, um diálogo permanente entre as mais diversas áreas do conhecimento, fazendo com o que o produto fosse realmente, digamos assim, um produto que fosse um pouco híbrido, por que afinal de contas é resultado de um diálogo interdisciplinar, então a revista da APAH expressa exatamente isso, sem deixar de ter uma postura política de defesa da democracia contra a ditadura. Nós surgimos justamente na ditadura militar, então tudo isso expressou um momento importante.²⁷

A publicação de um periódico ultrapassa apenas transcrição de textos em papéis, a revista é tida na memória como espaço de expressão. Amparado por Latour e Certeau entende-se a Revista *História: questões e debates* como um sintoma de grupo. Latour (2000) nos mostrará como a criação de um grupo é um local de remanejamento de interesses. Já, Certeau (2004) ao falar da escrita nos diz que não há relato histórico em que não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber, desta maneira o relato seria produto de um lugar.

Afora, as questões de embate social, tem-se também outro espaço de crise, a crise historiográfica, se aqui no Paraná, aliás em Curitiba é possível identificar a APAH como um espaço de críticas e a possibilidade da construção de uma nova história. Na França, para Revel (1998), a Nova História passa por uma crise com outra postura metodológica, a Micro História italiana.²⁸

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ No período estudado, década de 80, na Itália surge já a Micro história em contraposição à história problema francesa. Nas palavras de Rojas: “Pois em 1990 já não há nenhuma historiografia hegemônica, e aí é tão importante a “Escola” da micro-história italiana – com suas diferentes variantes de história cultural, de um lado, e história econômica e social, do outro – como a quarta geração do *Annales*. [...]”

Poderíamos pensar então, que naquele momento que aquele grupo de historiadores vivenciava uma crise? Koselleck ao escrever sobre política nos fala sobre momentos de crise ou o que seria a crise. Ele nos diz que,

Pertence a natureza da crise que uma decisão esteja pendente mas ainda não tenha sido tomada. Também reside em sua natureza que a decisão a ser tomada permaneça em aberto. Portanto, a insegurança geral de uma situação crítica é atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando ou como, o fim do estado crítico se aproxima. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim do estado crítico se aproxima, a transformação das circunstâncias vigentes – ameaçadora, temida ou desejada -, é certo. A crise invoca a pergunta ao futuro histórico. (KOSELLECK, 1999: 111).

Estando imersos em uma crise, há perguntas sem respostas, ou seja há inseguranças, as soluções são incertas. Por conseguinte, são feitas perguntas ao futuro histórico e também historiográfico.

É importante pontuar que não é possível pensar historicamente em rupturas nas formas de se escrever história.²⁹ Pois que, há confluências, convergências entre várias correntes, sendo assim, por vezes fica difícil elencar uma escrita específica em um determinado paradigma. São várias as influências. Mas, através desta explanação percebe-se que há sim escolas teóricas, modelos de escrita que tem um amplo destaque entre seus pares em determinados momentos históricos e foi uma delas, que permeou a escrita dos historiadores da Universidade Federal do Paraná. Sendo assim, em Curitiba, a Nova História Francesa³⁰ estava em seu ápice nos anos 80, como percebemos na

Depois de 1968, algo importante se rompeu e terminou esse regime de longa duração de hegemonia historiográfica de um espaço cultural ou de um espaço nacional, criando-se então uma nova modalidade de funcionamento da historiografia cujo desenvolvimento assistimos na situação atual. *Ninguém é hegemônico na historiografia na historiografia contemporânea. [...] hoje vivemos uma situação de policentrismo na inovação historiográfica.*” [Grifo do original] (ROJAS, 2007: 26).

²⁹ Calos Antonio Aguirre Rojas, divide a historiografia contemporânea em quatro etapas: a primeira quando a história é escrita visando-se uma história ideal científica, que vai de 1848 a 1870. Logo depois, entre os anos 1870 até 1929, seria a hegemonia da história na perspectiva da escola alemã, sendo que para Rojas, esse período se encerra com a crise desencadeada pelo nazismo. Já a terceira etapa da historiografia estaria conectada à escola francesa de história, iniciada em meados da década de 20, a vigência historiográfica para Rojas é abalada em maio de 68. Pois a após esta data não existiria nenhuma hegemonia da historiografia e que se prolonga até nossos dias. Cf. ROJAS (2007).

³⁰ A Nova História francesa tem como marco inicial a publicação da *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, dirigida pelos professores da Universidade de Estrasburgo Marc Bloch e Lucien Febvre. Nesta primeira geração a historiografia foi influenciada pela sociologia, economia, e também pela geografia humana. Nesta perspectiva a história é pensada como uma ciência social, sendo assim passa a não possuir mais uma metodologia tão diferenciada das outras ciências sociais, como a historiografia metódica. Por isso, neste estilo de escrita, se pode conversar com novas ciências humanas. Outro diferencial está no fato de que não se desvincula mais os eventos políticos do sujeito e da sociedade. Cf. NOVAIS (2011).

documentação, sendo que no Brasil este modelo já tinha começado a ser debatido na década de 50.

No ano de 1980, segundo Diehl, a historiografia no Brasil atravessava por profundas transformações, sendo que os aspectos mais sociais tomam conta dos estudos nesta época, característica que as fontes revelam ser importantes também aqui no Paraná, ou Curitiba. *A priori* os artigos publicados entre os anos de 1981 e 1982³¹, nos mostram discussões a pautadas na “escola francesa de história”, “educação”, análise através da “história quantitativa” sobre os custos de vida - em especial sobre o gênero alimentício em Curitiba, “movimentos sindicais”, “história agrária”, “revolução dos negros no Haiti e no Brasil”, cinema entre outros.

Assim, analisando a Revista *História: questões e debates*, podemos concordar com Diehl, ao analisar a cultura historiográfica dos anos 80, o autor leciona que:

A tendência historiográfica na década de 1970 foi de passar do factualismo historicizado para a história econômica e política estruturalista, fruto, em parte, da crise generalizada do então chamado “milagre brasileiro”. [...] Essa virada de perspectiva não se preocupa tão intensamente com os antigos conceitos da atenção de atenção historiográfica, substituindo o econômico e o político pelo que seria caracterizado como o social. Os aspectos sociais na historiografia brasileira passam a predominar nos estudos da década de 1980. (DIEHL, 2004: 19-20).

As características da produção de historiografia, a respeito da história econômica e, logo em seguida, o interesse pela produção de uma história mais cultural pode ser percebida ao longo das edições.

Observando o gráfico a seguir, percebe-se que os principais temas publicados na Revista *História: questões e debates*, entre 1980 e 1989 são sobre história regional, teoria da história/historiografia e formação do historiador.

³¹ São as edições v 1 n° 1 de 1980, v 2 n° 2, v 2 n° 3 de 1981 e v 3 n° 4 de 1982.

Gráfico 01 – Principais temas publicados entre 1980-1989 na Revista *História: questões e debates*



Fonte: Bruna Silva.

Esses números apontam como as preocupações de pesquisa estavam tanto para o regional, quanto para discussão de novas práticas historiográfica e também sobre o ofício.

Dois artigos intitulados *O cinquentenário da escola dos "Annales"*, escrito por Jayme Antonio Cardoso, no ano 1980 professor do departamento de história da Universidade Federal do Paraná - UFPR e *Reflexões sobre a nova história*, escrito por Silvia Pereira de Araújo, professora do departamento de comunicação e ciências da UFPR, abrem o primeiro volume da revista são dedicados a discussão de teoria e metodologia da história, especialmente da nova possibilidade de se escrever a história, que naquele ano, completou cinquenta anos. A edição a Revista *História: questões e debates* v 1 n° 1 de 1980, afirma:

Há agora uma história que procura conhecer e explicar a evolução da sociedade através do tempo, uma história preocupada com o presente, preocupada em saber em que o passado longínquo ou não, está vivo entre nós [...]. Esta 'Nova História' nasce já há cinquenta anos. No entanto, um grande número de pessoas, mesmo as de cultura universitária, continua a repetir que o que interessa em história é o fato passado simplesmente. (CARDOSO, 1980: 10)

A partir deste trecho é possível perceber que serão bastante explorados os novos recursos da nova maneira de se escrever pelos historiadores que contribuem com a

revista *História: questões e debates*. Percebem-se também, que a Nova História é tida como ferramenta para explicar o presente, buscar o que do passado está vivo na sociedade. Mas, por outro lado há ainda historiadores interessados apenas em narrar fatos passados.

Tais apontamentos são importantes para que se possa compreender como essa escrita pratica o ato de criar lugares em um espaço de publicação. Pois partindo da premissa de Certeau (1994), entende-se que há algo além do espaço geométrico ou geográfico. Há uma estranheza do cotidiano que não vêm à tona, é somente um destaque sobre o visível. Sendo assim, são práticas no espaço que remetem às maneiras de fazer. E neste caso, à maneira de fazer a Revista *História: questões e debates*.

Após 1968 a história havia se tornado um espaço para diversas análises, diversas críticas, há diversas forma de se escrever a história e em seus mais variados temas e lemas. Este policentrismo mencionado se deve muito à escola francesa que permitiu aos historiadores transformar documentos em monumentos, qualquer documento que lhe fosse pertinente utilizar a sua escrita. Tal forma de trabalho permite as mais variadas formas de escrita, permite assim, ao historiador ser criativo e, por conseguinte, permite que não haja mais hegemonia.³²

Ainda questionando a hegemonia historiográfica, mas agora especificamente dos *Annales*, Silva nos diz que ela já encontrava-se ameaçada

[...] pelas novas correntes historiográficas vindas do estrangeiro: *social history* inglesa, micro-história italiana, *linguistic turn* americana e *altagschicht* alemã. Internamente esse modelo já havia sido alvo de críticas por *A história em migalhas* (1987) de François Dosse, que diagnosticou e examinou a fragmentação do projeto dos *Annales*. (SILVA, 2012: 168-169)

Nesta perspectiva observa-se que não há hegemonia historiográfica, e nem os *Annales* são um grupo coeso. Este modelo de história proposto é montado, desmontado

³² Helenice Rodrigues da Silva (reflete sobre a historiografia após o ano de 1990, ou a denominada “Guinada crítica”. Para ela a história deixa de ser ciência e passa a ser conhecimento produzido através de vestígios. Os volumes de *O tempo e a narrativa* de Ricoeur são publicados na década de 80, mas passam sem ser muito percebidos por seus pares. Foi mais tarde, em 1990 que historiadores como Michel de Certeau, que refletiu sobre a historiografia numa dimensão filosófica, teve seu trabalho lido. Percebemos que nas edições que dispomos da Revista *História: questões e debates* não há referências a esse historiador. Paul Ricoeur, com a hermenêutica, desde os anos 50, apontava questões sobre a subjetividade da historiografia. Mais tarde, Michel de Certeau escrevia sua operação historiográfica, tratando a história como ciência e ficção. A história estaria relacionada com o discurso, com a enunciação. Nesta mesma linha de questionamentos sobre categorias de historicidade temos Reinhart Koselleck. Tardia também foi a tradução do livro *Andarilhos do Bem*, de autoria de Carlo Ginzburg, publicado na Itália em 1966 e no Brasil em 1988.

e remontado em diferentes tempos em diferentes espaços. A própria mudança nos nomes das revistas dos Annales já revelam esta questão. Segundo Revel, o modelo de escrita de história social entra em crise no final dos anos 70 e início dos 80,

[...] por uma estranha ironia, no momento em que parecia mais triunfante, em que seus resultados se impunham muito além das fronteiras da profissão em que o 'território do historiador' parecia poder se alargar indefinidamente. O que quer dizer que o sentimento de crise só se insinuou muito lentamente.” (REVEL, 1998: 18).

Pois, em 1980, mesmo ano de criação da *História: questões e debates*, é fundada na Itália, a *Quaderni Storici* por Carlo Ginzburg. Para Revel, Nova História Francesa, com a opção pelos números e pelas séries documentais, como os casamentos, mortes, nascimentos, preços etc. não era o suficiente, sendo assim, “[...] a micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos. Ela pode ter, nesse ponto, valor de sintoma historiográfico.” (REVEL, 1998: 16). Na revista analisada, o primeiro texto na seção *Notas de leitura*, a respeito de temas relacionados à microhistória. Por conseguinte, nove anos depois do seu surgimento. No primeiro volume a APAH havia proposto exercer constante diálogo com os professores de ensino médio, professores universitários e acadêmicos de história:

A História é, e sempre foi, um instrumento de educação neste sentido, ela deve ter a sua função crítica. Como diz André Burguière, **a história que incomoda, é aquela que faz compreender, é aquela que produz o inteligível, não aquela que comemora, pois a mesma nada é se não permite um trabalho crítico.** Dessa forma o professor do Ensino Médio não é um transmissor de conhecimentos, [...]. [negrito do original]. (HISTÓRIA QUESTÕES E DEBATES, 1981: 05).

A preocupação com a educação é constante durante as primeiras publicações, segundo a apresentação, agora, a história ensinada não deve mais ser a *magistra vitae*. Estilo de escrita de que fala Kosellek:

Assim, a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias das quais nos apropriamos um com objetivo pedagógico. [...] Ela orientou ao longo dos séculos, a maneira como os historiadores compreenderam o seu objeto, ou até mesmo a sua produção. (KOSELLECK, 2006: 42)

Assim, a história que educava para lembrar deve ser deixada de lado para dar lugar àquela que educa para criticar. No entanto, percebamos que nem por isso a história

perdia seu caráter pedagógico, pois o historiador tinha a função crítica de ensinar os alunos a criticar, ou seja, continua-se ensinando como pensar e agir na sociedade através da história. Pois, esta crítica era sempre norteada por algum viés teórico; ser incômoda é função desta nova forma de ensinar. Portanto as comemorações deviam ser deixadas de lado para que o espaço crítico do historiador seja exercido.

Propor um contínuo repensar também é proposta da APAH, que dentre vários objetivos está

[...] a publicação de uma Revista, para divulgar e discutir as suas propostas [...] e a continuidade será ao nosso ver, um teste para o próprio desenvolvimento da Associação. Seu título afluou, simplesmente, em decorrência desses objetivos. **História: questões e debates.** Questões e debates relacionados à problemática da produção e da transmissão do Conhecimento em História e suas relações com as vizinhas ciências humanas. (HISTÓRIA QUESTÕES E DEBATES, 1980: 05). [Grifo do original].

Como já mencionado anteriormente, a revista nasce com o interesse de expor o que estava se pensando e discutindo em termos historiográficos e sociais, a história se torna um problema, mas não apenas isso é um problema social que agora deve se associar com as demais áreas do conhecimento a fim de repensar a sociedade em que se estava vivendo.

Escritas de história regional

Ao se elevar a atividade histórica ao nível de disciplina universitária com a fundação do departamento de História da Universidade Federal do Paraná, esse departamento marcou como linha principal de pesquisas de suas atividades a História Regional. Não procurou delimitar teoricamente o que se pudesse entender como área de pesquisa. Preferiu ter como ponto de partida a própria tradição dos historiadores regionais praticantes.” [...] Procurando evitar o que poderíamos chamar de orientação “provinciana” na história local que se traduz no culto dos antepassados e em saudosismos poéticos, as pesquisas na área de história regional procuravam elementos que pudessem reconstruir a identidade de uma sociedade, além de procurar construir *corpis* “coerentes e homogêneos de documentos.” (HISTÓRIA QUESTÕES E DEBATES, 1987: 04).

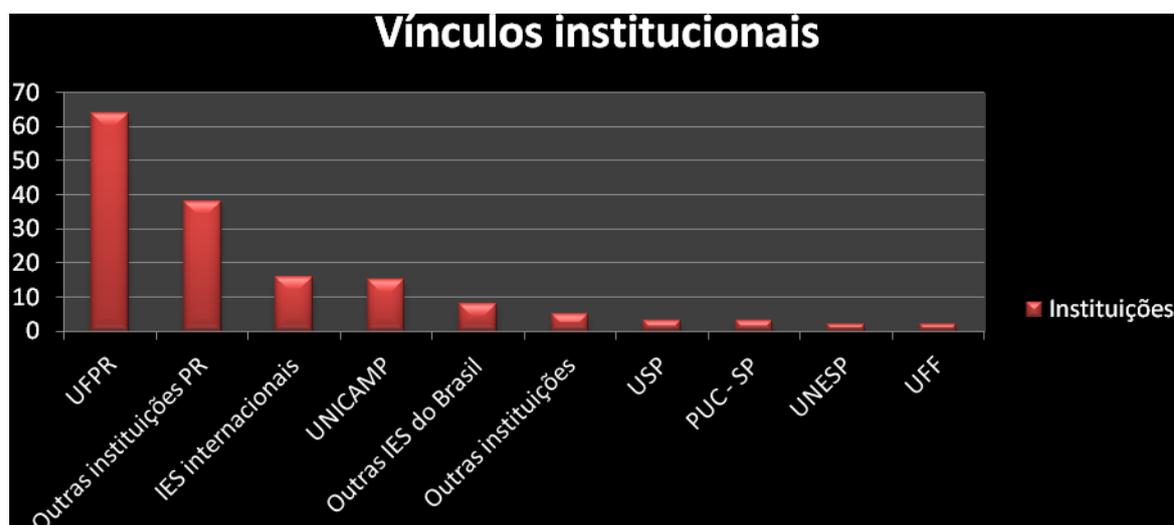
Com esta apresentação da Revista *História: questões e debates*, escrita 1987, na edição v8 n° 15, o Brasil Pinheiro Machado,³³ preocupa-se com a caracterização de uma

³³ Brasil Pinheiro Machado nasceu em 1907 em Ponta Grossa – PR, estudou no Liceu dos Padres Salesianos em São Paulo, mas foi no Rio de Janeiro que se formou em Direito. Foi nomeado por Getúlio Vargas como interventor no Paraná; foi Deputado do Paraná e prefeito de Ponta Grossa. Já na

revista regional. Brasil, ao escrever esta apresentação esboça um departamento de história coeso e talvez até homogêneo, que procurou escrever a respeito de uma história regional, apesar de o autor deixar de lado a escrita da história voltada para memórias foi aberto um espaço para que se escreva História, ou seja, que fosse escrita sob qualquer viés teórico, pois o importante é que seja escrita e publicada “pelos historiadores regionais praticantes”, que segundo o autor, marcam essa linha de pesquisa naquela universidade. Que por outro lado, não deva ser provinciana e cheia de saudosismos. Isso seria possível? Já que ao configurar um grupo, uma associação, se apropriava de um estilo visava marcar e de-marcar um local de escrita.

Observa-se no gráfico abaixo que as duas primeiras instituições de autores que mais colaboraram com o periódico centram-se na Universidade Federal do Paraná ou em outras instituições do Paraná. Desta forma estabelece-se um local paranaense de escrita de “historiadores regionais praticantes”, como Brasil Pinheiro Machado comentou na edição número 8 volume 14/15 de 1987 da Revista *História: questões e debates*.

Gráfico 2 – Vínculos institucionais dos autores da Revista História: questões e debates no período de 1980-1989.



Fonte: Bruna Silva

*A sexta coluna intitulada “Outras instituições”, refere-se as demais instituições brasileiras que não são de ensino superior.

Universidade Federal do Paraná exerceu os cargos de Reitor e professor do curso de história daquela instituição. Na juventude fez parte do grupo Antropofágico. Faleceu em 1997.

O professor Nadalin, que editou por nove anos a revista, nos conta que a recepção do periódico pelo departamento não foi unânime:

Naquela época o departamento tinha uma publicação que se chamava Boletim do Departamento de História, que publicava pesquisas dos professores do Departamento. E, tendo em vista, circunstâncias políticas em grande parte. A chefia do departamento de então, e muitos dos docentes não se interessaram pela revista. Então a revista foi uma iniciativa praticamente isolada de qualquer iniciativa oficial ou departamental.³⁴

Nesta perspectiva, a revista não se configurou, no início como uma revista institucional ou oficial da Universidade Federal do Paraná. Tendo sido uma atitude de uma determinada ala do Departamento de História. Notemos que o Programa de Pós-Graduação daquela Instituição estava promovendo uma ligação entre professores franceses e alunos da UFPR. Pois que o professor Antunes nos diz que:

[...] o professor Fredèric Mauro, me convidou para fazer doutorado na França [...] no que eu defendi o meu mestrado, fui para França e iniciei o doutorado. Na França, na Universidade de Paris X Nanterre, e, portanto, entre os novos professores eu era o primeiro, me transferindo, quer dizer... um pouco ousado, em fazer um doutorado fora. Eu fui com uma bolsa Cnpq e fiquei quase três anos fazendo doutorado lá em Paris, na Universidade de Paris X [...].³⁵

Desta forma o professor Antunes foi o primeiro professor a ir estudar na França. Depois de sua volta à Curitiba e retorna suas atividades na UFPR, ou seja, inicia-se orientações, aulas. Não coincidentemente será o idealizador da APAH e da Revista. Um novo grupo se configura.

Portanto, havia a necessidade de expor conhecimentos e debates em forma de um periódico científico, para que houvesse também um reconhecimento pelos pares, ser uma obra de valor. “O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma de grupo que funciona como um laboratório” diz Certeau (1994: 72). Assim, a APAH funcionaria como um espaço em que se criou essa necessidade, desta forma, a historiografia ali publicada está ligada à um grupo, que a torna mais complexa.

A história se refere a um *fazer* que não é apenas o seu (fazer história), mas aquele da sociedade que especifica uma produção científica. Se ela permite um agir comum dar-se uma linguagem técnica própria,

³⁴ NADALIN, Odilon. *Entrevista concedida a Bruna Silva*. Curitiba, 10 de dezembro de 2012. Transcrição: Bruna Silva. p. 02.

³⁵ NADALIN, Sérgio Odilon. *Entrevista concedida a Bruna Silva*. Curitiba, 10 de dezembro de 2012. Transcrição: Bruna Silva. p. 02.

remete a esta práxis social como àquilo que torna possíveis os textos organizados para uma nova inteligibilidade do passado. [Grifo do original] (CERTEAU, 2004: 56/57).

Nesta mesma perspectiva, podemos dizer que o traço da escrita é a “vibração de limites”. A operação historiográfica já nos indica que a escrita surge a partir de um lugar, lugar esse importante o suficiente para definir de qual lugar se fala; ora a escrita modifica as fronteiras que permeiam a sociedade com o seu passado, pois o presente deriva do passado, mas distingue do que foi.

O historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães, ao discutir a historiografia como cultura histórica nos alerta para discutirmos a este respeito como um estudo específico de investigação, compreendê-la como um esforço para compreender a “construção maior da vida humana”. Também nos diz que:

[...] a historiografia interroga-se de maneira sistemática sobre as diferentes formas e maneiras de transformar-se o passado neste objeto de investigação, materializado num conjunto de textos dados à leitura de uma coletividade como parte de seu próprio esforço de construção identitária. (GUIMARÃES, 2005: 32).

Assim refletindo, entende-se que a prática da publicação da Revista é uma interação, aliás, várias interações: “Daí se segue que num mesmo lugar, há tantas ‘regiões’ quantas interações ou encontros entre programas.” (CERTEAU, 1994: 212). Se Certeau pressupõe encontros entre estas interações, as fronteiras ou limites são além de móveis, múltiplas e assim traçadas das maneiras mais diversas do seu fazer.

Encontramos ao longo do periódico, entre os anos 1980 a 1989, não apenas textos escritos para serem artigos, mas também resenhas, textos que resultam de eventos, trabalhos de sala apresentados, primeiramente de sala de aula, tanto de graduação como de mestrado, e ainda, textos apresentados à concursos da Universidade Federal do Paraná.

Problematizar a construção do regional na escrita da história do periódico em questão no espaço de um artigo, a análise analisar-se-á dois artigos intitulados “O modelo de explicação histórica proposto pro Brasil Pinheiro Machado” publicado em 1981 de autoria de Jayme Antônio Cardoso; “Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional” também publicado em 1981 de autoria de Marionilde Dias Brephol.³⁶

³⁶ Ambos publicados no volume 2 número 2 de 1981.

O autor Jayme Antonio Cardoso traça ao longo de nove páginas o perfil de escrita proposto por Brasil Pinheiro Machado, este historiador seria leitor de Carl Friedrich Philipp von Martius, conhecido por ter viajado o Brasil, e segundo a documentação este homem foi responsável por lançar ideias importantes “[...] para a compreensão da história da formação brasileira formada de histórias regionais.” (CARDOSO, 1981: 06). Brasil Pinheiro Machado, seria continuador deste tipo de escrita, pois teria construído um modelo de explicação para a história do Paraná, que a grosso modo, resultaria em “[...] grandes zonas históricas da história regional [que] se fragmentaram e deram origem às atuais fronteiras estaduais, formando as províncias do Império e os Estados da República, que são formações históricas e não artificiais. (CARDOSO, 1981: 07).

Desta forma, Cardoso conclui que “A história do Paraná é, pois, um capítulo da história regional do Brasil, e consiste na história da formação de uma comunidade que, como tal, adquiriu individualidade distinta, de qualquer forma, das outras comunidades regionais do Brasil. (CARDOSO, 1981: 08).

Essa formação seria subdividida em três tópicos:

- a) pela formação de um centro social de irradiação, que se localizou em Curitiba;
- b) pela expansão dirigida desse centro, de onde resultou a conquista, pela posse, de determinado território;
- c) pela constante subordinação social e política dos núcleos resultantes de expansão, no centro social inicial de Curitiba, de modo a formar um conjunto. (CARDOSO, 1981: 08).

Já no artigo subsequente, “Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre história regional”, de autoria de Marionilde Dias Brephol, ainda mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFPR.³⁷ Neste texto nos deparamos com o resumo do artigo que já nos informa de antemão: “Este estudo procurou ressaltar a importância da História Regional pois é uma tradição como um recurso metodológico legítimo em Ciências Sociais, desde que se articule incondicionalmente à História Global.” (BREPOHL, 1981: 15).

Mas o que seria analisar esta história regional? Vejamos na citação:

Finalmente, um estudo como o proposto por Brasil Pinheiro Machado exige do estudioso regional, uma tarefa árdua de esgotamento das fontes, no espaço pertinente, levando em conta todos os níveis que

³⁷ O texto fez parte da prova didática do concurso de auxiliar de ensino da UFPR, conforme informações contidas na própria fonte (CARDOSO, 1981, p.14).

compõem a realidade daquela região: a ideologia, a economia, política administrativa, as estruturas demográficas. O pesquisador se vê defrontado com uma totalidade estruturada e não pode, de forma alguma, abandonar a História Integral, visto que se impõem dois trabalhos simultâneos e indissociáveis: (sic) a análise dialética do parcial e do global. (BREPOHL, 1981: 16).

Na citação acima, percebe-se a região deve ser estudada até que se esgotem as possibilidades de analisá-la sobre seus mais diversos aspectos, no entanto a questão cultural parece não ser levada em conta. Inserir a história regional, no contexto nacional é indissociável, tornando dessa maneira a historiografia uma atividade dialética, segundo a autora. Em relação à produção de uma história integral, como mencionado na citação da fonte acima, Revel fala sobre a escrita de várias monografias feitas a partir de um questionário:

Centenas de monografias, construídas a partir de um questionário geral, fornecem o embasamento da história social. O problema colocado para cada uma delas não era o da escala de observação, mas o da representatividade de cada amostra, em relação ao conjunto no qual ela tendia a se integrar [...]. (REVEL, 1998: 20).

Em outro momento do artigo a autora nos diz que o Paraná economicamente encontra “[...] no criatório encontra sua integração na conjuntura nacional” (Idem, p. 18) durante o século XVIII. A autora continua “E é a partir de tal mecanismo que começa a tomar corpo mais sólido o Modelo de História Regional: o Paraná inserido em sua dinâmica periférica.” (BREPOHL, 1981: 19).

É perceptível a preocupação em trabalhar com uma região, ora esta região é Curitiba, ora Paraná, mas há uma preocupação em transformar este espaço em região a ser conhecida para poder inseri-la num contexto maior, o Brasil. Vejamos: “Se o corte espaço-temporal é legítimo e necessário, também entendemos ser necessário e legítimo colocar o Paraná na estrutura mais ampla de que fez parte. E esta preocupação é igualmente cara ao autor deste Modelo.” (BREPOHL, 1981: 22). O modelo que se fala, como dito anteriormente, é a forma definida por Brasil Pinheiro Machado de se fazer história sobre o Paraná, inseri-lo num contexto amplo se faz necessário, porém é ainda mais importante demarcar as suas fronteiras em relação ao outro.

Albuquerque Júnior vê problemas na escrita da história regional, pois que esta fica presa no seu próprio discurso, embora venha a colaborar com a ideia de região, que passa a ser discutida. No entanto, “[...] Em vez de questionar a própria ideia de região a teia de poder que a institui, ela questiona apenas determinadas elaborações da região,

pretendendo encontrar a verdadeira”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011: 39). Para Anbuquerque, apenas alguns elementos seriam pinçados da história para que pudessem servir de suporta para criar uma região, mas não uma região qualquer, a verdadeira. Dentro desta perspectiva os historiadores regionais praticantes estariam escrevendo e descrevendo o Paraná que deve ser reconhecido. O autor continua a tecer críticas à esse modelo, pois elaborar a história regional, seria separá-la do restante do Brasil, nas palavras do autor os historiadores ao se colocarem

[...] como historiadores regionais praticantes, eles estariam reconhecendo sua incapacidade de fazer História do Brasil ou o caráter limitado desta produção? Por que os historiadores paulistas e, em menos número, os historiadores cariocas podem fazer história nacional e os das outras áreas apenas ‘História Regional’? Continuamos presos, assim, a uma hierarquia de saberes e de espaços que se definiu no início do século. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012: 41)

Durval vê nessa construção de história regional uma segregação, uma aceitação de sua inferioridade. Mas por outro lado, Bruno Latour nos diz que o ato de criar novos grupos se configura como uma estratégia. No caso da Revista *História: questões e debates*, utilizamos esta noção, pois comparamos a formação da APAH à uma formação de grupo, pois uma nova intelectualidade produz precisa ser exposto. Latour leciona que

A capacidade de inventar novos objetivos é limitada pela existência de grupos já definidos. Seria bem melhor definir novos grupos que poderiam, por sua vez, ser atingidos apenas através da ajuda aos contedores na construção de seus fatos. À primeira vista, parece impossível inventar novos grupos, na prática, é a estratégia mais fácil e, sem sombra de dúvida mais eficiente. (LATOURE, 2000: 190)

Ao escrever tal passagem Latour fala a respeito do remanejamento de interesses e objetivos. Se é difícil incorporar um novo modelo de escrita em um grupo já existente, cria-se outro. Por conseguinte, a criação da APAH é um *locus* de uma nova vivência intelectual, com novas maneiras de fazer história em outro espaço.

Considerações finais

O historiador é capaz de entender o documento como construção, pois este é um discurso, e como tal é norteado pelo seu local de produção social, o que o torna problematizável. Responder, inquirir, construir narrativas e desconstruir outras tantas caracteriza de maneira emblemática a função do ofício. E, é justamente este gesto de historiador, de ligar ideias à lugares que, segundo Certeau, realiza a operação

historiográfica, pois se trata de admitir que a história “[...] faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, enquanto prática.”(CERTEAU, 1994: 66). Por conseguinte, as fontes nascem da conjuntura de uma realidade dotada de ideias que se articulam.

Para Certeau existe espaço na medida em que se entende este espaço como um cruzamento de móveis, assim o “[...] espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada” (CERTEAU, 1998: 202). Portanto o espaço se torna um lugar praticado, seria espaço de relações e práticas de poder. Nesta perspectiva procura-se compreender como a(s) região(s) é/são traçada(s) através dos caminhos percorridos pela escrita dos artigos, dos editoriais e dos autores. Sempre tendo em vista que tais características se tornam fundamental para compreendermos o periódico em questão na perspectiva já descrita acima. Podemos encontrar na documentação indícios que nos levem e pensar esta questão.

Construir metáforas é narrar histórias a partir de espaços. Assim, relatar é um trabalho incessante de transformar lugares em espaços ou espaços em lugares. Nesta perspectiva “Os relatos são animados por uma contradição que neles representa a relação entre a fronteira e a ponte [...]” (CERTEAU, 1994: 212). Sendo assim o relato é um terceiro espaço entre dois, funcionaria como uma fronteira.

Para Michel de Certeau (1994), a trajetória evoca movimento em um determinado plano, assim como o homem ordinário, que estabelece maneiras próprias de estar no mundo. Hartog nos diz que a escrita é nômade, e, portanto haveria uma dívida, levando em consideração o método freudiano. Se há uma dívida, pressupõe-se que há a obrigação de pagamento, que seria a impossibilidade de deixar de escrever. Sendo assim: “Para esse caminhante, trabalhador incansável, a única questão consistiu em evocar o passo: o passo de um procedimento [*démarche*] e o ‘marcar passo’ da escrita”. (HARTOG, 2011: 264)

Assim concebemos que a história é também estranhamento. Ao estranharmos o conceito de região que permeia esta escrita percebemos que a(s) cultura(s) é que delimita(m) espaços e lugares compreendendo o conceito de região desta maneira se dá um grande passo para desprendermos a historiografia dos traços geograficamente delimitados.

A Revista *História: questões e debates* foi um estranhamento, a historiografia ali publicada entre os anos de 1980 a 1989 criou fronteiras e delimitou espaços,

estabelecendo assim, novos lugares, que foram demarcados pela escrita e publicação. A história regional foi um deles.

Referências Bibliográficas

Fontes

Regulamento

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO ANPUH. Disponível em <<http://www.anpuh.org/estatuto>>>. Acesso em 27 de out de 2012.

Revistas

HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v1 n1, APAH, 1980 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v1 n2, APAH, 1981 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v2 n3, APAH, 1981–
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v3 n4, APAH, 1982 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v3 n5, APAH, 1982 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v4 n6, APAH, 1983 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v4 n7, APAH, 1983 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v5 n9, APAH, 1983 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v5 n9, APAH, 1984 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v6 n10, APAH, 1985 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v6 n11, APAH, 1985 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v7 n12, APAH, 1986 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v7 n13, APAH, 1987 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v8 n14/15, APAH, 1987 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v9 n16, APAH, 1988 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v9 n17, APAH, 1988 –
HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, v10 n18-19, APAH, 1989 –

Entrevistas

SANTOS, Carlos Antunes dos. **Entrevista**, 10 de dezembro de 2012.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Entrevista**. Curitiba, 10 de dezembro de 2012.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BHABHA, Homi. K. El entre-medio de la cultura. In: HALL, Stuart; GAY, Paul du (Orgs). **Cuestiones de identidad cultural**. 1 ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

_____. **O local da cultura**. Trad. Myrian Ávila [et al]. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 80**: experiências e horizontes. 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

FREITAG, Liliane da Costa. **Veredas para a história territorial brasileira**: práticas que criam o Paraná. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

_____. Região editada: história territorial em narrativas de Paraná. In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANCZYK, Milton. (Orgs). **Região, espaço, linguagem e poder**. São Paulo: Alameda, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v 11 n° 1,1995.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LANKE, Horst Walter. Por uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. **Teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério F. da. (org.) **A nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. 2 ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: A inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques. (Org.) **Jogos de escala**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. Tese sobre o itinerário da historiografia do século 20: uma visão numa perspectiva de longa duração. In: MALERBA, Jurandir, ROJAS, Carlos Aguirre. **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: EDUSC, 2007

SILVA, Helenice Rodrigues da. A renovação historiográfica francesa após a “guinada crítica”. In: MALERBA, Jurandir, ROJAS, Carlos Aguirre. **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru: EDUSC, 2007)

SOUZA, Fabrício Leal de. **Nação e herói**: a trajetória dos intelectuais paranaenses. 126 f. (Dissertação de Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

Artigo recebido em 29/03/2013

Artigo aceito em 28/07/2013